



Moção sobre os Impactos das Hidrelétricas propostas para a bacia do alto rio Paraguai

Os participantes do **XXIV Encontro Brasileiro de Ictiologia** (EBI 2022), realizado em Gramado/RS no período de 18 a 23 de setembro de 2022, vêm, por meio desta, manifestarem-se contrários à implantação de empreendimentos hidrelétricos, ou quaisquer outras barreiras físicas, nos rios que constituem as principais rotas dos peixes migradores de longa distância, conhecidos regionalmente como **peixes de piracema**, na Bacia do alto rio Paraguai (BAP) nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estes rios estão identificados nos **Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai**, realizados por várias instituições de pesquisa junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA de novembro de 2016 a maio de 2020.

Até março de 2017 havia 47 empreendimentos hidrelétricos em operação ou em construção na BAP e 133 empreendimentos estavam propostos em diferentes estágios de licenciamento. Os barramentos reduzem drasticamente as populações dos peixes de piracema, podendo levá-los à extinção, pois podem impedir as migrações anuais das áreas de alimentação nas planícies até as de desova, nas cabeceiras dos rios. Espécies carismáticas, tais como curimatá (*Prochilodus lineatus*), dourado (*Salminus brasiliensis*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), piavuçu (*Megaleporinus macrocephalus*), piraputanga (*Brycon hilarii*), pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), cachara (*Pseudoplatystoma reticulatum*), jaú (*Zungaro jahu*), jurupensém (*Sorubim lima*), jurupoca (*Hemisorubim platyrhynchos*), entre outros, desaparecem, como ocorreu com os peixes migradores nas bacias dos rios São Francisco e na maior parte da Bacia do alto rio Paraná e seus afluentes. Alertamos que estratégias de mitigação como os mecanismos de transposição de peixes, não resolvem os problemas decorrentes da perda de conexão entre os ambientes críticos ao ciclo de vida desses peixes causados pelos barramentos. Eles são ineficientes com relação à quantidade de peixes e seletivos em relação às espécies e tamanhos dos peixes transpostos. Além disso, a transformação do rio em represa a montante da barragem, atrasa o deslocamento ou mesmo impede que ovos e larvas de peixes que desovam acima consigam transpor o lago e a barragem e completar o ciclo de vida a jusante.

Os peixes de piracema são os maiores peixes da bacia e as espécies mais visadas pelas diferentes modalidades de pesca, representando um troféu e o principal atrativo para os milhares de pescadores amadores que visitam anualmente o Pantanal e alcançando os melhores preços para comercialização para os pescadores profissionais-artesanais, representando cerca de 90% da captura realizada por essa categoria. Portanto, a perda dos peixes migradores levaria à desestruturação da cadeia produtiva do turismo de pesca do Pantanal e causaria prejuízos econômicos e sociais para os 8.000 pescadores profissionais artesanais que atuam na região, atividade que sustenta diretamente cerca de 30 mil pessoas.



Esse pescado apresenta, ainda, importante papel na segurança alimentar e renda indireta para um grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como para pescadores de subsistência residentes nas áreas urbanas e rurais da BAP. A redução ou perda dos peixes de piracema implicaria, também, em sérios danos para as funções ecológicas que eles desempenham no ambiente, tais como fonte alimentar para várias espécies de aves, répteis e mamíferos, dispersão de sementes ao longo da bacia e agentes fundamentais na ciclagem de nutrientes e no fluxo energético na cadeia alimentar pantaneira, afetando sobremaneira os serviços desse ecossistema.

Com base no exposto, os participantes do XXIV Encontro Brasileiro de Ictiologia reiteram que há a necessidade imperativa de que a Federação e os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul considerem nas medidas regulatórias dos recursos hídricos, bem como no processo de licenciamento, o zoneamento ambiental apresentado nos resultados dos **Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétrico na Bacia do Alto Paraguai**, mencionados acima. Os estudos foram elaborados para subsidiar o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai), cujos resultados estão alinhados com dois fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: – proporcionar o uso múltiplo das águas e adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial de implementação.

Esses resultados estão sintetizados na **Análise integrada**, Nota Técnica Conjunta N. 03/2020/SPR/SER – ANA de 31/05/2020, que define: (1) **Áreas com Conflito Regional ou Local**, com 30% dos empreendimentos propostos, localizados sobre as principais rotas migratórias dos peixes, as quais, necessariamente, devem ser mantidas livres de barramentos; e (2) **Áreas Não Estratégicas** para manutenção dos estoques pesqueiros, onde se localizam 69% dos empreendimentos propostos, que devem ser avaliadas no licenciamento ambiental, uma vez que podem ser estratégicas para conservação da biodiversidade, abrigando espécies endêmicas e para manutenção de processos ecológicos relevantes.

Link para acesso aos resultados dos **Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos** e normas relacionadas:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-e-estudos-sobre-rec-hidricos/plano-de-recursos-hidricos-rio-paraguai/estudos-de-avaliacao-dos-efeitos-da-implantacao-de-empreendimentos-hidreletricos>

Cordialmente,

Dra. Carla Natacha Marcolino Polaz
Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI)
Presidente